

Segunda edição deve ser repensada

Volume de investimentos em educação e qualificação profissional são pontos críticos

A ser aprovado no Legislativo até o final deste ano, o segundo Plano Nacional de Educação (PNE), que compreende os anos de 2011 a 2020, mal foi consolidado e já enfrenta críticas de especialistas do setor. Em abril, o texto foi debatido durante a Conferência Nacional da Educação (Conae) e encaminhado ao Ministério da Educação (MEC).

“O texto da Conae está cheio de barbaridades”, critica Ilona Becskeházy, diretora-executiva da Fundação Lemann, institui-

ção sem fins lucrativos voltada ao desenvolvimento de pesquisas e ao fomento da educação.

Entre os pontos destacados pela especialista está a formação do professor. “No texto, educação a distância foi rejeitada como formação profissional inicial. Não há provas de que esse tipo de educação seja imprópria para a qualificação”, analisa Ilona.

Outro ponto questionado é a administração escolar. As propostas feitas durante a Conae colocam como meta a criação de conselhos nas escolas para as tomadas de decisões. “Não é um conselho que resolverá o pro-

“

Não adianta fixar uma taxa de investimento baseada no PIB. É preciso planejar os desembolsos com base nos custos da educação

Ilona Becskeházy,
diretora-executiva da
Fundação Lemann

blema da má gestão”, explica. Para a especialista, seria melhor a criação de um sistema de auditoria. “Ela poderia fiscalizar as atividades e os gastos de cada instituição”, complementa.

Matemática financeira

Quanto aos investimentos, o texto prevê que a educação receba 7% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano. Hoje, a área receba em torno de 4,5% por ano, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Entretanto, este valor não é fixado à legislação, como demanda a Conae para o segundo PNE.

“Os desembolsos com educação devem ser feitos com base nos custos. Não adianta aumentar o volume de investimentos sem estimular a criação de um planejamento. Isso apenas infla o sistema e o torna menos eficiente”, aponta Ilona.

Ela lembra, ainda, que 2009 foi um ano de recessão da economia. “O mercado espera crescimento de 7% para este ano, mas é sobre uma base depreciada. Isso não significa que a educação receberá mais”, justifica. “PIB serve para medir riqueza de um país, e não investimentos em educação.” ■ **C.A.**